

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.559 - ES (2019/0099734-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **R B M (MENOR)**  
**REPR. POR** : **L G D F M**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO VARELLA CABRAL - ES005879**  
: **BRUNO DALL'ORTO MARQUES - ES008288**  
: **FELIPE ABDEL MALEK VILETE FREIRE - ES018994**  
**AGRAVADO** : **L C B**  
**ADVOGADOS** : **ROBERTO TENÓRIO KATTER - ES005334**  
: **ROGÉRIA LEITE VALENTIM DE SOUZA - ES014626**

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. QUANTUM. REVISÃO. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por **R B M** (menor) representado por **L G D F M** de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso II, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj, fls. 199):

*EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE ALIMENTOS. GUARDA E PENSÃO ALIMENTÍCIA. CAPACIDADE ECONÔMICA. ART. 1.694, § 1º DO CÓDIGO CIVIL. RECURSOS DESPROVIDOS.*

*1. A pendência de ação de guarda poderá eventualmente repercutir na definição do quantum da obrigação alimentar, contudo, não impede o julgamento do mérito da ação de alimentos em momento anterior.*

*2. Diante da ausência de grande capacidade contributiva, a obrigação alimentar persiste, porém, será fixada em patamares menos elevados, de forma que o devedor se sinta compelido a contribuir, sem que, ao mesmo tempo, a obrigação se torne inexequível.*

*3. Nesse panorama, se mostrou lúcida e equilibrada a r. sentença que, a despeito da anunciada renda mensal variável*

# *Superior Tribunal de Justiça*

de R\$ 800,00 (oitocentos reais), fixou a obrigação alimentar da genitora em um salário -mínimo, e não no valor proposto pela apelante (trezentos reais).

4. Com efeito, em se tratando de pessoa saudável e em idade produtiva, é imperativo que o indivíduo busque meios de corresponder às responsabilidades assumidas na vida, notadamente a de gerar um filho, inserindo-o em seu meio social.

5. De outra banda, a fixação do quantum da obrigação alimentar não é regida em função da fixação da guarda, mas em atendimento ao binômio capacidade do devedor e necessidade do credor. Desta feita, sendo o genitor a pessoa que atualmente possui condições econômicas de atender às necessidades de seu rebento, permanece na condição de provedor, agora não mais na incômoda condição de devedor de alimentos, mas na condição de pai.

6. Constatando-se posterior incremento ou diminuição da capacidade contributiva do devedor de alimentos, ou das necessidades de seu credor, as partes poderão retornar a juízo pleiteando a adequação do quantum à nova realidade, que será remodulada de maneira a melhor atender, diante dos fatos trazidos aos autos, ao binômio necessidade -possibilidade.

7. Recursos conhecidos e desprovidos.

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos (e-stj, fls. 229/237 e 253/255)

Nas razões do recurso especial, a parte alega violação do artigo 1.694, § 1º, do Código Civil, sustentando, em síntese, a "*flagrante ofensa ao binômio necessidade e possibilidade (...), tendo em vista que tal dispositivo legal estabelece que os alimentos devem ser fixados considerando as necessidades do alimentado e a capacidade financeira/econômica do alimentante*" e que "*restou comprovada, inclusive sendo objeto de reconhecimento expresso pelas instâncias ordinárias, que a condição social e financeira da recorrida é elevada, tendo condições de arcar com valores superiores ao arbitrado para o pagamento da pensão*" (e-stj, fl. 260)

Sem contrarrazões (e-stj fls. 273).

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem

# Superior Tribunal de Justiça

(e-STJ, fls.274/280), o que ensejou a interposição do presente recurso.

No agravo a parte conseguiu infirmar as razões da inadmissão do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº3/STJ.

A parte recorrente alega *"flagrante ofensa ao binômio necessidade e possibilidade que está expressamente positivado no §1º do artigo 1.694 do Código Civil Brasileiro, tendo em vista que tal dispositivo legal estabelece que os alimentos devem ser fixados considerando as necessidades do alimentado e a capacidade financeira/econômica do alimentante"* (e-stj, fl. 260).

Sustenta que *"já ficou comprovado nos autos e mais de uma vez reconhecido pelas instâncias ordinárias, a recorrida ostenta alto padrão de vida, considerando que reside em cobertura de uma edifício localizado em um dos bairros nobres da capital do Estado (tal fato dispensa por absoluto a análise de qualquer prova, sendo suficiente a observância do endereço indicado pela parte recorrida), bem como frequenta locais de elevado prestígio social e por diversas vezes figura de destaque em colunas sociais de jornais e revistas do Estado do Espírito Santo"*, afirmando que *"é cristalina a possibilidade da recorrida de arcar com prestações mensais superiores a fixada nas instâncias ordinárias"* (e-stj, fl. 261).

Esclarece *"que a infante possui gastos mensais muito acima da quantia arbitrada de um salário mínimo, uma vez que esta estuda em escola particular, possui plano de saúde e odontológico, bem como realiza diversas atividades cotidianas que contribuem para a sua evolução social, cultural e psicológica, demandando uma quantia de dinheiro muitíssimo superior ao que foi arbitrado pelas instâncias ordinárias."* (e-stj, fl. 261).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse contexto, verifica-se que elidir os fundamentos do acórdão recorrido quanto ao valor dos alimentos, primordialmente no que toca ao binômio necessidade/possibilidade, demandaria o reexame de provas, impossível de ser feito no apelo nobre.

Com efeito, o Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e provas, e embasado no conjunto probatório carreado aos autos, reconheceu que *"o valor arbitrado a título de alimentos ocorreu dentro de patamar justo e razoável e em total observância ao disposto no art. 1.694, § 1º do Código Civil"*, como se pode observar da leitura do acórdão impugnado. Senão, vejamos (e-stj, fls. 213/215):

*No que se refere especificamente ao quantum da obrigação, questão a respeito da qual ambas as partes manifestaram sua irresignação, entendemos, amparados pela opinião do fiscal da lei e dos interesses do menor na controvérsia, que o deslinde apresentado na r. sentença atendeu adequadamente ao binômio necessidade-possibilidade diante das provas apresentadas nos autos.*

*Com efeito, em que pese a requerida labore como profissional autônoma no ramo de organização de eventos e ostente socialmente um padrão de vida que sugere a existência de poder aquisitivo, é certo que os sinais de riqueza carreados nos autos não foram suficientes para denotar a existência de uma renda própria que lhe permita contribuir para o sustento de sua filha no patamar almejado na exordial.*

*Ao revés, os depoimentos pessoais colhidos nos autos indicaram que a requerida aufera uma renda mensal média de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e que as despesas da família são custeadas ora pelo seu atual esposo, ora pelo pai de sua filha mais velha.*

*Desta feita, em que pese o inquestionável dever de ambos os genitores proverem o sustento de seus descendentes, é igualmente insuperável o fato de que a obrigação deverá moldar-se à capacidade financeira do devedor, sob pena de restar frustrado o instituto da obrigação alimentar, com as radicais consequências que acarreta sobre a liberdade do devedor.*

*Portanto, diante da ausência de grande capacidade contributiva, a obrigação persiste, porém é fixada em patamares menores, de forma que o devedor se sinta compelido a contribuir, sem que, ao mesmo tempo, a obrigação seja*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*tamanha que se tome inexecutável, inviável.*

*Diante dessa panorama, se mostrou lúcida e equilibrada a r. sentença que, a despeito da anunciada renda mensal variável de R\$ 800,00 (oitocentos reais), fixou a obrigação alimentar da genitora em um salário-mínimo, e não no valor proposto pela apelante (trezentos reais).*

*Com efeito, em se tratando de pessoa saudável e em idade produtiva, é imperativo que o indivíduo busque meios de corresponder às responsabilidades assumidas na vida, notadamente ao haver dado origem a uma vida humana, inserindo-a em seu meio social.*

*Por essas razões não há que se dar provimento a fim de diminuir a obrigação fixada, mesmo sem a comprovação de um maior poder aquisitivo.*

*De outra banda, o genitor busca obter o equacionamento da obrigação, aumentando o valor da pensão devida pela genitora, em virtude do fato de atualmente assumir a guarda exclusiva da infante, e, via de consequência, custear todas as despesas diárias da criança.*

*Ora, como outrora afirmado, a fixação do quantum da obrigação alimentar não é regida em função da fixação da guarda, mas em atendimento ao binômio capacidade do devedor e necessidade do credor. Desta feita, sendo o genitor a pessoa que (outrora e atualmente) possui condições econômicas de atender às necessidades de seu rebento, deverá prover o seu sustento, agora não na desconfortável e insegura condição de devedor de alimentos, mas unicamente na condição de pai.*

*Por fim, e necessário ainda atentar-se ao caráter intermitente e variável da obrigação alimentar. Isto é, constatando-se o incremento ou diminuição da capacidade contributiva do devedor de alimentos ou das necessidades de seu credor, as partes poderão retomar a juízo pleiteando a adequação do quantum à nova realidade, que será remodulada de maneira a melhor atender, diante dos fatos trazidos aos autos, ao referido binômio.*

*Diante do exposto, concluo que o valor arbitrado a título de alimentos ocorreu dentro de patamar justo e razoável e em total observância ao disposto no art. 1.694, § 1º do Código Civil.*

Vejamos, ademais, o voto-vista no mesmo sentido (e-stj, fls. 218):

*Ora, sabe-se que ambos os pais possuem responsabilidade na criação de seus filhos, dividindo os gastos da criação. Contudo essa responsabilidade deve ser fixada na medida das*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*condições financeiras de cada um.*

*No caso dos autos, como destacado pelo advogado da menor, a genitora possui uma boa qualidade de vida. Entretanto, como afirmado por ela em seu depoimento pessoal perante o magistrado de primeiro, a maioria de seus gastos são suportados pelo seu atual esposo. Relata, também, que possui uma outra filha, mais velha do que a menor postulante desses autos, de um relacionamento anterior. Por fim, destaca que possui uma renda mensal de R\$ 800,00 (oitocentos reais) proveniente de seu trabalho como profissional liberal na realização de festas.*

*Contudo, tratando-se de pessoa jovem, em idade produtiva é indiscutível que a genitora deva buscar meios para cumprir com as obrigações que constituiu em sua vida, em especial a criação, moral e financeira, de suas filhas.*

*Diante desse panorama, no intuito de fixar uma pensão alimentícia em valor suficiente a garantir o sustento da alimentanda, mas sem extrapolar a capacidade financeira da alimentante, entendo, nos moldes trilhados pelo judicioso voto da Desembargadora Eliana Junqueira Munhos Ferreira, que se mostra equilibrada a pensão alimentícia arbitrada em 01 (um) salário mínimo.*

*Ademais, cabe destacar que o genitor da menor, com o qual a alimentanda reside, possui melhores condições financeiras em atender as necessidades da criança, devendo, portanto arcar em maior escala com os alimentos necessitados por ela, e não porque possui a obrigação com os alimentos declarada pela justiça, mas sim porque é o pai da menor - como bem destacou a Desembargadora Relatora.*

Verifica-se, que o entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça *a quo*, no sentido de que "o valor arbitrado a título de alimentos ocorreu dentro de patamar justo e razoável", decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida, para reavaliar o binômio necessidade/possibilidade, e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula 7/STJ.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO  
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE  
INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*IMPRESCRITIBILIDADE. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. REVISÃO. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Esta Corte firmou entendimento de que "a ação de investigação de paternidade é imprescritível, tratando-se de direito personalíssimo, e a sentença que reconhece o vínculo tem caráter declaratório, visando acertar a relação jurídica da paternidade do filho, sem constituir para o autor nenhum direito novo, não podendo o seu efeito retrooperante alcançar os efeitos passados das situações de direito (REsp 1.298.576/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 21/08/2012, DJe 06/09/2012)".*

*2. A Corte estadual consignou que o valor de 1 (um) salário mínimo mensal atende as necessidades da alimentada, assim como a capacidade financeira do alimentante. Dessa forma, derruir as conclusões do acórdão recorrido acerca da existência do binômio necessidade-possibilidade, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada na via eleita, nos termos do disposto no enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.*

*3. Agravo interno improvido.*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 1415736/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 22/08/2019)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME.*

*IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Ação de revisão de alimentos com o objetivo de reduzir o valor arbitrado para restabelecer a quantia fixada na sentença.*

*3. A avaliação do binômio necessidade-possibilidade para a fixação de pensão alimentícia demanda a análise de outras circunstâncias que não só a redução da capacidade financeira do alimentando.*

*4. No caso, o tribunal de origem, fundado em ampla cognição da lide, reformou a sentença para fixar em 3 (três) salários mínimos o valor da pensão dos dois filhos do agravante, conclusão que não pode ser revista nesta instância especial sem esbarrar no óbice da Súmula nº 7/STJ. Precedentes.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1.031.999/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 19/06/2018)*

Destarte, a pretensão recursal não merece prosperar.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, §4º e art. 1.026, §2º, ambos do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator